

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

233 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 10 a 14 de março de 2025

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
Debate sobre o Conselho Europeu Extraordinário	1
Resolução sobre garantias de segurança sólidas para a Ucrânia	2
Resolução sobre a segurança da UE	2
Outros debates e resoluções	4
2. COMISSÃO EUROPEIA -MIGRAÇÕES E SISTEMA DE RETORNOS	4
3. COMISSÃO EUROPEIA - MEDICAMENTOS CRÍTICOS	5
4. COMISSÃO EUROPEIA - MEDIDAS TARIFÁRIAS RELATIVAS AOS EUA	5
5. PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU - PRIMEIROS 100 DIAS	6
6. GRONELÂNDIA	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE¹

Teve lugar, esta semana, a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), sendo de destacar os seguintes [debates e resoluções](#):

Debate sobre o Conselho Europeu Extraordinário

Na terça-feira, teve lugar um debate com a Presidência polaca do Conselho, e os Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia sobre o Conselho Europeu extraordinário da passada semana, que se dedicou ao futuro da segurança da Europa e o fortalecimento das capacidades de defesa da UE (detalhe [aqui](#) e vídeo do debate [aqui](#)).

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, afirmou que a UE vive um momento definidor, marcado por crescentes tensões geopolíticas e pressão sobre a ordem internacional multilateral baseada em regras (discurso completo [aqui](#)). Costa sublinhou que a guerra russa contra a Ucrânia e a ameaça mais ampla que representa para a Europa levaram a UE a tomar decisões ambiciosas para reforçar a sua defesa e segurança. Defendeu também que *"a segurança da Ucrânia não pode ser separada da segurança da Europa"* e prometeu continuar a trabalhar para tornar a Europa mais forte e proteger os cidadãos da UE. Salientou o aumento de 30 % das despesas com a defesa dos Estados-Membros e que, entre 23 Estados-Membros da UE, o objetivo da NATO de dois por cento do PIB foi cumprido em 2024. Finalmente, recordou que o novo empenhamento da Europa na autonomia da defesa e da segurança não deve ser interpretado como uma negligência da diplomacia tradicional ou do apego da Europa ao multilateralismo, que permanece um valor fundamental da UE.

Em nome da Presidência polaca, o Ministro para os Assuntos da União Europeia, Adam Słapka, afirmou que, na Cimeira do Conselho Europeu de 20-21 de março, os líderes da UE discutirão como pôr fim à agressão russa e garantir uma paz justa e duradoura na Ucrânia, com a negociação a ser conduzida pelo Presidente ucraniano. Será discutida também a **competitividade** da UE para 2025, com foco na redução da burocracia, energia acessível e a discrepância entre poupanças e investimentos que prejudica o crescimento de novas empresas inovadoras. Acrescentou, ainda, que os líderes abordarão a política industrial e as competências do mercado único, incluindo o habitual ponto sobre o Semestre Europeu, e procederão a uma primeira troca de pontos de vista sobre o **próximo QFP** e os novos recursos próprios.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou que *"a paz não pode mais ser dada como garantida"* e que a ordem de segurança europeia está a ser abalada. Afirmou que a Europa deve assumir maior controlo da sua própria defesa devido à crescente gama de ameaças, no contexto de uma *"ilusão passada de cooperação com a Rússia e de proteção por parte da América"*. Referindo-se ao plano **ReArm Europe**, von der Leyen destacou a necessidade de acelerar a produção de defesa na UE, com o financiamento proveniente principalmente dos Estados-membros, e a importância de um investimento conjunto na indústria de defesa europeia.

No debate, os Deputados apoiaram em grande parte o reforço da segurança da UE, aprovando as propostas da Comissão Europeia para impulsionar a indústria de defesa, fortalecer as fronteiras da UE e apoiar a Ucrânia na luta contra a agressão russa. No entanto, alguns alertaram para a necessidade de uma estratégia de defesa comum de longo prazo e expressaram preocupações sobre a utilização do Artigo 122.º do Tratado da UE para a aprovação do ReArm, que excluiria o Parlamento do processo de decisão. Muitos apelaram também para a melhoria da competitividade, autonomia estratégica e o acesso independente a matérias-primas e fontes de energia críticas.

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE et alt.

Vários Deputados criticaram a retirada da administração Trump do compromisso com a defesa da Ucrânia e defenderam uma estratégia da UE baseada em investimento e solidariedade, destacando também a importância de não comprometer os investimentos na transição verde e social, bem como na investigação e desenvolvimento.

Resolução sobre garantias de segurança sólidas para a Ucrânia

O Parlamento Europeu considera que a **União Europeia (UE) é, atualmente, o principal aliado estratégico da Ucrânia** e deve continuar a apoiar o país no exercício do seu direito à autodefesa. Na resolução adotada esta quarta-feira (detalhe [aqui](#)), os deputados congratularam-se com a proposta de cessar-fogo de 30 dias apresentada a 11 de março, esperando que a Rússia aceite e cumpra a medida, pondo fim aos ataques contra a população civil, as infraestruturas e o território da Ucrânia.

Dada a "*aparente mudança*" na posição dos Estados Unidos sobre a guerra de agressão da Rússia, que incluiu a acusação à Ucrânia pela continuidade do conflito, os Deputados reforçam que a UE e seus Estados-Membros são agora os maiores aliados estratégicos da Ucrânia. Nesse sentido, afirmam que a União deve aumentar significativamente a assistência ao país, de forma a defender o seu direito à autodefesa.

Para prevenir novas agressões russas, o Parlamento Europeu defende que a **UE deve fornecer à Ucrânia garantias de segurança robustas**, de forma a evitar acordos precipitados que possam enfraquecer a sua segurança a médio e longo prazo, colocando o país e outros países europeus em risco de futuras agressões. O Parlamento opõe-se veementemente a tentativas de chantagem, que visem forçar a rendição da Ucrânia com o intuito de alcançar um "*acordo de paz*" que favoreça a Rússia.

A resolução também afirma que não pode haver negociações sobre a segurança europeia sem a participação da UE, manifestando desapontamento com a administração atual dos EUA devido à sua postura de apaziguamento da Rússia e aos ataques aos seus aliados europeus.

No que diz respeito à adesão da Ucrânia à União Europeia, o PE insiste que o futuro do país passa pela sua integração na UE, apelando à aceleração das negociações de adesão. Além disso, destacam a necessidade de a UE se preparar para a reconstrução da Ucrânia no pós-guerra, com a criação de novos fundos. Para financiar esta reconstrução, o Parlamento defende que os danos causados pela Rússia na Ucrânia devem ser pagos pela própria Rússia, e propõe que os ativos soberanos russos, que estão imobilizados devido às sanções da UE, sejam confiscados e utilizados para a defesa e reconstrução da Ucrânia.

Por fim, a resolução solicita a imposição de sanções mais eficazes contra a Rússia, incluindo medidas restritivas direcionadas a entidades que facilitem a evasão das sanções e forneçam tecnologias militares e de dupla utilização ao complexo militar russo. A resolução foi aprovada com 442 votos a favor, 98 votos contra e 126 abstenções.

Resolução sobre a segurança da UE

O Parlamento Europeu defende que a União Europeia (UE) se encontra num ponto de viragem, onde manter o *statu quo* já não é uma opção diante das ameaças à segurança europeia. Na resolução aprovada esta quarta-feira (detalhe [aqui](#)), os Deputados pedem à **UE que aja com urgência para garantir a sua própria segurança**. Isso inclui fortalecer as relações com parceiros que partilham valores semelhantes e reduzir a dependência da UE de países externos no que diz respeito à defesa. Destacam que a Comissão Europeia e o Alto Representante para a Política Externa devem apresentar, na próxima semana, propostas concretas no chamado "**Livro Branco sobre o futuro da defesa europeia**".

Em nome do Conselho, o Ministro Adam SZLAPKA,:

- Observou uma **mudança de paradigma na segurança europeia**, com alterações geopolíticas sem precedentes que afetam diretamente os europeus. Concluiu que a Europa precisa de assumir maior

responsabilidade pela sua própria segurança e defesa, através de um esforço coletivo das instituições da UE e dos Estados-Membros.

- Resumiu o trabalho em curso no Conselho, destacando **cinco prioridades principais para a segurança e defesa da UE**:
 1. Aumentar e melhorar os gastos, incluindo o trabalho sobre a Base Tecnológica e Industrial de Defesa e o Regulamento para o Programa da Indústria de Defesa Europeia (EDIP).
 2. Garantir apoio financeiro e militar contínuo à Ucrânia, enquanto necessário.
 3. Aumentar a capacidade de ação da UE, utilizando de forma eficaz meios militares e civis, incluindo esforços para operacionalizar a Capacidade de Desdobramento Rápido da UE.
 4. Reforçar a resiliência da UE e garantir o acesso a ambientes estratégicos como o espaço, o mar e o ar, incluindo uma estratégia de segurança marítima atualizada e um “Censo Cibernético” para acompanhar o progresso na implementação da Política de Defesa Cibernética da UE.
 5. Reforçar e expandir parcerias bilaterais e multilaterais mutuamente benéficas, incluindo um diálogo político intensificado com a NATO e parcerias de segurança e defesa com seis parceiros-chave.
- Defendeu explicitamente a **preservação do vínculo transatlântico** como sendo de interesse existencial para a Europa.

Em nome da Comissão, o Comissário Andrius KUBILIUS:

- Afirmou que, mais do que nunca, a UE precisa evitar que a Rússia vença a guerra na Ucrânia e ligou a necessidade urgente de melhorar as capacidades de defesa e os dissuasores à enorme indústria de defesa russa, que produz mais armas em três meses do que os membros da NATO em um ano.
- Prometeu que a UE apoiará os Estados-Membros nos seus investimentos em defesa através do ReArm e do Livro Branco como primeiros passos.
- Sublinhou a necessidade de gastar melhor em conjunto, através de compras conjuntas, gastos europeus e simplificação de leis e regras (tudo a ser coberto no Livro Branco).
- Pediu ao Parlamento Europeu que avance na sua posição sobre o EDIP e saudou o anúncio do Conselho de trabalhar para uma abordagem geral.

Para alcançar a **paz e a estabilidade na Europa**, os Deputados consideram crucial que a UE apoie a Ucrânia, uma vez que a ameaça militar à sua integridade territorial é a mais grave desde o fim da Guerra Fria. O Parlamento insta os Estados-Membros, parceiros internacionais e aliados da NATO a levantar restrições ao uso de sistemas de armas ocidentais pela Ucrânia contra alvos militares russos. A resolução identifica a Rússia, com o apoio de aliados como Bielorrússia, China, Coreia do Norte e Irão, como a maior ameaça direta e indireta à segurança da UE. Em resposta, o Parlamento exige um aumento dos esforços no domínio militar e em setores industriais, tecnológicos e informacionais.

O Parlamento sublinha a necessidade de a **UE se preparar para cenários de contingência militar extrema**, com uma administração capaz de acelerar os procedimentos em tempos de guerra ou crises de grande escala. Embora se reconheça a importância da cooperação UE-NATO, o PE defende a criação de um pilar europeu autónomo dentro da NATO, com a capacidade de agir de forma independente. Além disso, pedem uma maior aquisição conjunta de equipamento de defesa pelos Estados-Membros da UE e uma simplificação das decisões em matéria de defesa, incluindo a criação de um conselho de ministros da Defesa e a transição da unanimidade para a maioria qualificada. A resolução também alerta que, sem um aumento substancial no investimento, os

objetivos da UE em matéria de segurança e defesa não serão alcançados, e sugere soluções inovadoras, como a criação de um sistema de obrigações europeias para financiar investimentos militares em larga escala. A resolução foi aprovada com 419 votos a favor, 204 contra e 46 abstenções.

Outros debates e resoluções

- [UE deve apoiar a transição política e a reconstrução da Síria](#)
- [Competitividade e respeito pelos padrões sociais](#)
- [Resposta da UE às tarifas impostas pelos EUA](#)
- Debate sobre [Gaza](#)

2. COMISSÃO EUROPEIA -MIGRAÇÕES E SISTEMA DE RETORNOS

A Comissão Europeia propôs esta semana a criação de um **novo sistema comum de regresso para a União Europeia**, com o objetivo de tornar os procedimentos mais rápidos, simples e eficazes. Este novo sistema visa substituir a atual Diretiva Regresso de 2008 e complementar o **Pacto em matéria de Migração e Asilo**, que entrará em vigor em meados de 2026 (detalhe [aqui](#)), garantindo que as pessoas que não têm direito de permanência sejam repatriadas de forma eficaz. A proposta de reformulação revoga a diretiva de 2008 e a proposta de 2018, sendo um passo importante na modernização do sistema europeu de migração. Os principais elementos da proposta são:

1. **Sistema Europeu Único de Regresso:** A proposta introduz um regulamento europeu com procedimentos comuns para a emissão de decisões de regresso, substituindo os 27 sistemas nacionais existentes. A decisão de regresso europeia permitirá que os Estados-Membros reconheçam e executem as decisões de outros Estados sem iniciar novos processos.
2. **Incentivo ao Regresso Voluntário e Regras de Regresso Forçado:** O sistema incentiva o regresso voluntário e estabelece regras claras para o regresso forçado, que será obrigatório para aqueles que não cooperarem ou representem um risco para a segurança.
3. **Obrigações de Cooperação:** Os repatriados terão obrigações explícitas de cooperação com as autoridades, com consequências para quem não cumprir, como a recusa de subsídios ou a apreensão de documentos de viagem.
4. **Salvaguardas de Direitos Fundamentais:** O processo de regresso será implementado em plena conformidade com os direitos humanos, com mecanismos claros para garantir a proteção de vulneráveis, como menores e famílias, e a adesão ao princípio da não repulsão.
5. **Gestão de Fugidos e Redução de Abusos:** A proposta inclui regras mais rigorosas para localizar os repatriados e para a detenção em caso de risco de fuga, com alternativas à detenção e prorrogação da detenção por um juiz, se necessário.
6. **Leis para Pessoas com Risco de Segurança:** Pessoas identificadas como representando risco para a segurança terão regras mais severas, incluindo regresso forçado e proibições de entrada, com a possibilidade de detenção prorrogada por ordem judicial.
7. **Leis de Readmissão:** A proposta inclui um procedimento comum para garantir a readmissão de pessoas em situação irregular, permitindo a transferência de dados para países terceiros.
8. **Centros de Regresso:** A proposta introduz a possibilidade de acordos bilaterais ou multilaterais com países terceiros para a repatriação de pessoas em situação irregular.

Para mais informações, consultar a ficha informativa [Uma abordagem global da migração](#).

3. COMISSÃO EUROPEIA - MEDICAMENTOS CRÍTICOS

A Comissão Europeia propôs esta semana um **novo regulamento para melhorar a disponibilidade de medicamentos críticos na União Europeia** (detalhe [aqui](#)). A proposta visa reforçar a resiliência da cadeia de abastecimento de medicamentos, reduzir dependências externas e melhorar o acesso a medicamentos essenciais para os cidadãos da UE. A escassez de medicamentos tem sido um problema crescente na UE, exacerbado pela pandemia de COVID-19 e tensões geopolíticas. Esta proposta vem complementar a Estratégia Farmacêutica para a Europa e a revisão da legislação farmacêutica da UE, que estão atualmente em negociação. A proposta também busca melhorar a segurança do abastecimento e reduzir a dependência da UE em relação a fornecedores externos. Os principais objetivos da proposta são:

1. **Diversificação da Cadeia de Abastecimento:** A proposta busca promover a diversificação das fontes de fornecimento e a produção de medicamentos críticos na UE, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da União a perturbações externas, como crises geopolíticas ou pandemias.
2. **Reforço da Capacidade de Fabrico:** Serão criados projetos estratégicos para aumentar a capacidade de fabrico de medicamentos críticos e seus ingredientes ativos, com apoio facilitado ao financiamento, regulamentação e ciência. Esses projetos ajudarão a tornar o setor farmacêutico da UE mais autossuficiente.
3. **Promoção de Parcerias e Colaboração:** A proposta fomenta a colaboração entre Estados-Membros e com parceiros internacionais, visando a diversificação das fontes de abastecimento e a criação de uma rede de produção mais robusta, além de promover acordos bilaterais para reduzir dependências.
4. **Apoio à Contratação Pública:** A Comissão incentiva os Estados-Membros a incluir requisitos específicos na contratação pública, como a utilização de fontes diversas de matérias-primas e o monitoramento da cadeia de abastecimento. Além disso, em caso de elevada dependência de países específicos, as entidades devem priorizar a produção de medicamentos críticos na UE.
5. **Auxílios Estatais:** Orientações específicas foram publicadas para ajudar os Estados-Membros a financiar projetos estratégicos, com o objetivo de apoiar o fabrico de medicamentos críticos e outros medicamentos de interesse comum.

4. COMISSÃO EUROPEIA - MEDIDAS TARIFÁRIAS RELATIVAS AOS EUA

A Comissão Europeia reagiu à imposição de tarifas pelos EUA sobre as importações de aço e alumínio da UE, lançando contramedidas rápidas e proporcionais (detalhe [aqui](#)). A decisão dos EUA de aplicar essas tarifas foi considerada pela Comissão como disruptiva para o comércio transatlântico e prejudicial para empresas e consumidores, com aumento de preços. As principais ações da Comissão Europeia podem ser sintetizadas da seguinte forma:

1. **Suspensão das Contramedidas de 2018 e 2020:** A Comissão permitirá que as contramedidas existentes de 2018 e 2020 contra os EUA expirem a partir de 1 de abril. Essas contramedidas visavam produtos dos EUA como resposta aos danos económicos causados pelas tarifas dos EUA sobre €8 mil milhões de exportações de aço e alumínio da UE.
2. **Novas Contramedidas contra as Tarifas Recentes dos EUA:** Como resposta às novas tarifas dos EUA, que afetam mais de €18 mil milhões em exportações da UE, a Comissão propôs um pacote de contramedidas. Estas entrarão em vigor até meados de abril, após consulta aos Estados-Membros e partes interessadas.

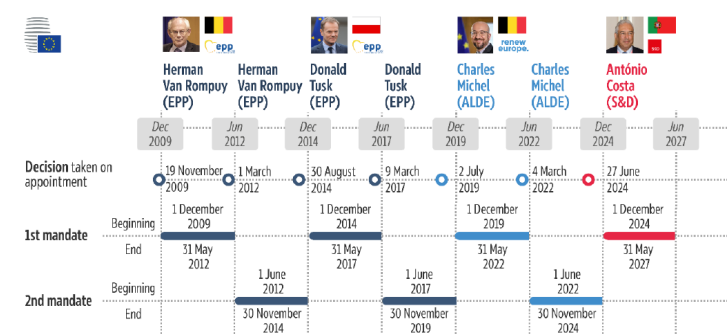
3. **Equivalência Económica:** As contramedidas da UE terão um valor de até €26 mil milhões, igualando o valor das tarifas impostas pelos EUA.
4. **Preparação para Negociação:** A Comissão continua aberta ao diálogo com a administração dos EUA para encontrar uma solução negociada. As medidas podem ser revertidas caso seja alcançado um acordo.

A suspensão das contramedidas de 2018 e 2020 entra em vigor a 1 de abril. A Comissão continuará a consulta das partes interessadas até 26 de março e, após essa fase, concluirá a adoção das novas contramedidas até meados de abril. Recorde-se que, em 2018 e 2020, os EUA já tinham imposto tarifas sobre aço e alumínio da UE, às quais a União respondeu com contramedidas. Em 2025, os EUA anunciaram novas tarifas de 25% sobre produtos industriais de aço e alumínio, afetando até €26 mil milhões em exportações da UE.

5. PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU - PRIMEIROS 100 DIAS

O *think-tank* do PE publicou esta semana uma nota sobre os primeiros 100 dias de António Costa como Presidente do Conselho Europeu, disponível [aqui](#). Ali pode ler-se, na introdução, que “Com quase uma década de experiência como membro do Conselho Europeu, António Costa começou o seu mandato a 1 de dezembro de 2024, consolidando o seu contacto com os dirigentes da UE, adaptando os métodos de trabalho do Conselho Europeu e melhorando as relações interinstitucionais da UE. Uma vez que o cargo de Presidente do Conselho Europeu é moldado em grande medida pela pessoa que o ocupa, a nota informativa indica também de que forma a abordagem de Costa difere da dos Presidentes anteriores.”

Figure 1 – European Council Presidents: European political party affiliation, date of election



Source: Compiled by the author, 2025.

A nota evidencia os seguintes aspetos:

1. Função do Presidente do Conselho Europeu: O papel do Presidente do Conselho Europeu é liderar e impulsionar os trabalhos do Conselho, garantir a continuidade das reuniões e promover a coesão e consenso entre os membros. Costa também representa a UE em questões de política externa e segurança.

2. Métodos de Trabalho

- **Cartas de Convite:** Costa introduziu mudanças na forma como envia as cartas de convite para as reuniões do Conselho, garantindo que estas sejam enviadas com



Source: [European Parliament](#), 2024.

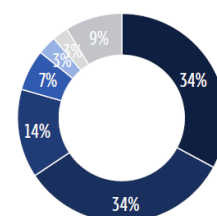
antecedência, ao contrário da prática anterior de última hora.

- **Agenda dos Líderes:** Costa retomou a prática da "Agenda dos Líderes", que planeia os tópicos das discussões do Conselho. Esta ferramenta foi usada por Costa para garantir um planeamento estratégico mais longo, abrangendo um ano.
- **Reuniões Informais:** Costa valorizou as reuniões informais, como o retiro de fevereiro de 2025, para fomentar debates abertos e colaborar na construção gradual de consenso.
- **Duração das Reuniões:** Costa procurou reduzir a duração das reuniões, começando com uma reunião de um dia em dezembro de 2024, embora algumas reuniões programadas para 2025 ainda sejam de dois dias.

3. Interações e Relações Institucionais

- **Relações com outros Líderes da UE:** Costa teve encontros bilaterais com 22 líderes da UE antes e após sua posse. Essas reuniões visam aprofundar o entendimento mútuo e preparar o terreno para as reuniões formais.
- **Relações com a Comissão Europeia:** Costa estabeleceu uma boa relação de trabalho com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, destacando a coordenação em várias questões e a cooperação nas visitas a terceiros países, como a Ucrânia.

Figure 2 – António Costa's formal meetings and interactions of various kinds



■ EU Member States
 ■ Third countries
 ■ Other EU institutions or agencies
 ■ International organisations
 ■ Interest representations
 ■ Summits
 ■ Conferences and international events
 ■ Other

Source: Compiled by the author, 2025.

4. Interação com o Parlamento Europeu

- **Relatórios ao Parlamento:** Costa compromete-se a relatar as reuniões do Conselho Europeu de forma regular ao Parlamento Europeu. A sua abordagem é mais proativa, incluindo reuniões frequentes com o Presidente do Parlamento e com os líderes dos grupos políticos.
- **Conferência dos Presidentes:** Costa tem mantido diálogo com a Conferência dos Presidentes do Parlamento e com os líderes dos grupos políticos, para fortalecer a cooperação interinstitucional.

A conclusão desta análise é a de que António Costa, nos seus primeiros 100 dias como Presidente do Conselho Europeu, focou-se em modernizar os métodos de trabalho do Conselho, estreitar as relações interinstitucionais e promover a colaboração para enfrentar os desafios estratégicos da União Europeia. O seu enfoque na redução das reuniões formais e nas discussões informais reflete seu estilo de liderança, voltado para uma maior eficácia e consenso dentro da União.

6. GRONELÂNDIA

O *think-tank* do PE publicou esta semana uma síntese sobre a Gronelândia, intitulado ***Greenland: Caught in the Arctic geopolitical contest***, e disponível [aqui](#). Este território, que teve [eleições esta semana](#), tem estado em particular destaque nos últimos meses, face à anunciada pretensão do Presidente dos EUA de exercer autoridade sobre ele. Sintetizamos, de seguida, as principais ideias desta nota:

1. Contexto Geopolítico e Estratégico da Gronelândia: A Gronelândia, com uma população de 56.542 habitantes, enfrenta uma crescente tensão geopolítica no Ártico. A ilha possui uma localização estratégica para o

comércio e atividades de segurança e defesa, além de recursos minerais abundantes, incluindo metais raros essenciais para as transições verdes e digitais. O degelo do Ártico está a tornar estas rotas e recursos mais acessíveis, o que aumenta a competição internacional pela soberania e exploração da região.

2. Relações da Gronelândia com os Estados Unidos

Unidos: A Gronelândia tem uma longa história de relações com os Estados Unidos, especialmente em termos de segurança. Desde 1951, os EUA têm uma base militar na ilha (a Base Espacial Pituffik), essencial para as operações de defesa e vigilância de mísseis e espaço. Recentemente, a administração de Donald Trump tentou, sem sucesso, adquirir a Gronelândia, um movimento que gerou fortes reações tanto na Dinamarca quanto na Gronelândia. No entanto, as relações continuam a crescer, abrangendo áreas além da segurança, como comércio, tecnologia e turismo.

3. Relações da Gronelândia com a União Europeia

Europa: A Gronelândia, embora tenha saído da Comunidade Económica Europeia em 1985, mantém uma parceria especial com a União Europeia, especialmente nas áreas de pesca, educação e crescimento verde. A UE tem investido na ilha, com a abertura de um escritório em Nuuk em março de 2024, e estabeleceu parcerias estratégicas para o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis de matérias-primas. A Gronelândia também recebe apoio financeiro significativo da UE, incluindo um fundo de 2021 a 2027 de €225 milhões.

4. Aspirações à Independência: Embora a Gronelândia tenha um grau significativo de autonomia, a questão da independência continua a ser um tema importante no debate político local. A maioria dos gronelandeses apoia a independência, mas os desafios económicos, como a dependência das transferências financeiras da Dinamarca, geram hesitação sobre o momento ideal para a realização de um referendo.

5. O Ártico e a Competição Geopolítica: A posição estratégica da Gronelândia no Ártico a torna um alvo importante para as potências globais, particularmente no que diz respeito à segurança e ao controlo das novas rotas de navegação que estão a emergir devido ao degelo. A localização da ilha no "GIUK gap" (o estreito entre a Gronelândia, Islândia e o Reino Unido) é crucial para a monitorização do tráfego marítimo e para a defesa contra potenciais ameaças. Além disso, a Gronelândia possui vastos recursos minerais, incluindo terras raras, que são essenciais para a transição para tecnologias mais limpas.

6. Desafios Económicos e Sustentabilidade: A economia da Gronelândia continua a ser dominada pela pesca, mas o turismo e a mineração estão a crescer. A ilha também depende fortemente dos subsídios anuais do governo dinamarquês, o que levanta questões sobre a sustentabilidade financeira, especialmente se a Gronelândia se tornar independente. O governo está a procurar diversificar a economia, atraindo investimentos estrangeiros e explorando as suas reservas minerais.

7. A Gronelândia na Estratégia de Política Externa: A Gronelândia procura manter uma posição de destaque na arena internacional, defendendo uma política externa que priorize a cooperação e a

Figure 1 – Map of Greenland in the Arctic



Source: EPRS.

sustentabilidade, enquanto mantém uma postura cautelosa em relação à militarização do Ártico. A Gronelândia está também a expandir as suas representações internacionais, incluindo missões à ONU e na União Europeia, com o objetivo de fortalecer a sua presença e aumentar as colaborações multilaterais.

Conclui-se que a Gronelândia está a tornar-se um actor-chave nas questões geopolíticas do Ártico, com implicações significativas para a segurança global, as rotas de navegação e a exploração de recursos naturais. A sua relação com os EUA e a União Europeia continua a ser vital, enquanto o seu movimento em direção à independência exigirá uma gestão cuidadosa das suas questões económicas e políticas internas.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 10 de março - [Eurogrupo](#); [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Política Social](#) e [Reunião informal dos ministros da Investigação](#); 11 de março: [Conselho ECOFIN](#); 12 de março - [Conselho \(Competitividade – Mercado Interno e Indústria\)](#).

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#), sendo que presidirá à reunião do [Conselho Europeu de 20 e 21 de março](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões parlamentares](#), destacando-se o [EU Tax Symposium 2025](#), em que a AR estará representada através de uma delegação da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [19 de março](#), destacando-se o **Livro Branco sobre o Futuro da Defesa Europeia**, bem como a **Comunicação sobre uma União de Poupança e Investimento Plano de Ação para o Aço e os Metais**.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 17 de março - [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Reunião informal dos ministros dos Transportes](#); 18 de março - [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 20 de março - [Cimeira do Euro](#) e [Conselho Europeu, 20-21 março 2025](#).

Bruxelas | 14 de março de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).